

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA METROBUS
TRANSPORTE COLETIVO S/A., REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2024.**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 10:00h (dez horas), na Sala de Reuniões da Metrobus Transporte Coletivo S/A., sítio à Rua Patriarca, nº 299, Vila Regina, Goiânia – GO., CEP 74.453-610, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.392.459/0001-03, arquivada na JUCEG através do NIRE de nº 5230000804-2.

2. QUÓRUM: Reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Metrobus, através de videoconferência, com a participação dos senhores **MIGUEL ÂNGELO PRICINOTE**, Subsecretário de Políticas para Cidades e Transporte, designado pelo Secretário Chefe da Secretaria Geral de Governo, senhor Adriano da Rocha Lima, como representante legal do Estado de Goiás – Acionista Majoritário; **BRUNO BATISTA SILVA**, Diretor Executivo de Liquidação de Estatais, representando a Prodago Liquidação; **KELLY DE ASSIS**, designada para representar a Saneamento de Goiás – SANEAGO; **MARISA ALBUQUERQUE MENDES**, representando a União e **CLÁUDIO HONÓRIO RODRIGUES**, representando o Acionista HP Transportes Coletivos Ltda. Participaram, ainda, da Assembleia os senhores Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto, Diretor Presidente da Metrobus, Antônio Márcio Miguel, Superintendente Financeiro, Valdivino Correia da Silva, Coordenador Contábil e o senhor Jairo Aires de San'Ana, representando os Auditores Independentes – Audimec Auditores Independentes S/S. Houve a participação da maioria dos Acionistas, representando 99,85% (noventa e nove vírgula oitenta e cinco por cento) dos votos.

3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Verificado o quórum legal, a Assembleia Geral Ordinária foi instalada, por videoconferência, tendo assumido a Presidência da Mesa o senhor Miguel Ângelo Pricinote, na qualidade de representante do Acionista Majoritário. Os trabalhos foram secretariados pelo senhor Edir Gomes – Assessor da Presidência.

4. FORMA DE CONVOCAÇÃO: Os Acionistas foram convocados na forma estabelecida no art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, por meio de Edital publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, nos dias 23, 24 e 25/04/2024, págs. 52, 32 e 62 respectivamente e nas págs. 18 do caderno “Classificados” do Jornal de grande circulação O HOJE, nos dias 23, 24 e 25/04/2024 respectivamente.

5. EDITAL DE CONVOCAÇÃO: “ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA METROBUS – O Diretor Presidente da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.392.459/0001-03, convoca os Senhores Acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Metrobus Transporte Coletivo S/A, a realizar-se no dia 30/04/2024, terça-feira, às 10:00 (dez horas), **via digital, com a utilização da ferramenta de Videoconferência**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia;

ORDINÁRIA: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023; b) Eleição de membro titular para o Conselho Fiscal; c) Deliberar sobre assuntos de interesse da Sociedade.

A realização da Assembleia digital está amparada no Parágrafo Único do art. 121 da Lei nº 6.404/76 e na IN DREI nº 81. Os dados para acesso à Assembleia, bem como demais informações serão repassadas via Ofício.

Francisco Caldas – Diretor Presidente da Metrobus Transporte Coletivo S/A.

6. DESENVOLVIMENTO E

DELIBERAÇÕES: Declarando aberta a reunião, o Presidente da Mesa, senhor Miguel Ângelo Pricinote agradeceu a participação dos Acionistas e solicitou ao Secretário que fosse feita a leitura do Edital de Convocação, o que foi feito de imediato. Ato contínuo o Presidente passou a palavra ao senhor Francisco Caldas, para as suas considerações iniciais. O Presidente da Metrobus agradeceu a participação dos senhores Acionistas e na sequência passou a palavra ao senhor Antônio Márcio Miguel, Superintendente Financeiro da Metrobus para explanação aos Acionistas do primeiro item da pauta, qual seja, "Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023". O senhor Antônio Márcio, cumprimentando a todos os acionistas fez uma síntese da apresentação das fontes de Receitas e Despesas da Companhia, as quais constam da documentação contábil que será detalhada aos Acionistas, passando a palavra ao Coordenador Contábil da Metrobus, senhor Valdivino Correia da Silva para explicar a documentação contábil. Inicialmente o senhor Valdivino informou que, qualquer dúvida porventura existente na sua apresentação, deixava os senhores Acionistas à vontade para solicitar melhores explicações. Dando sequência, explicou os pontos relevantes do Balanço Patrimonial de 2023, tais como as principais variações do Ativo e do Passivo Circulante e do Ativo e do Passivo Não Circulante, das Fontes de Receitas, Custos e Despesas de 2023 em comparação com 2022. Destacou, também, a DRE e as Notas Explicativas. Encerrada a explanação do Contador da Metrobus, foi aberto espaço para manifestações ou indagações sobre a Documentação Contábil. Não havendo nenhuma manifestação, o senhor Antônio Márcio Miguel passou a palavra ao representante da Auditoria Independente, senhor Jairo Aires de San'Ana para apresentação do Relatório da Auditoria. Disse o senhor Auditor que as demonstrações contábeis individuais da Metrobus Transporte Coletivo S.A., compreendendo o **Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023** e as respectivas **demonstrações do resultado do exercício**, dos **resultados abrangentes**, das **mutações do patrimônio líquido** e dos **fluxos de caixa para o exercício findo naquela data**, bem como as correspondentes **notas explicativas**, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da Metrobus em 31 de dezembro de 2023, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Esclareceu que a base para opinião com ressalva se deu no item 2, referente ao **Teste de Impairment – CPC – Redução ao valor recuperável de ativos e estudo para reavaliação de vida útil, conforme Resolução nº 1.177/2009 do Conselho Federal de Contabilidade**. Informou, na sequência, que apesar da realização do inventário referente aos saldos de 31 de dezembro de 2023, a Metrobus não efetuou o teste de *impairment*, para avaliação de eventuais perdas em relação ao saldo do seu acervo patrimonial, assim como não houve a realização de estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, por deliberação da Diretoria Executiva da empresa. Na sequência, fez a leitura do item 3 do relatório, dando ênfase a **Continuidade Operacional – Repasses do Governo do Estado**. Ato contínuo se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos porventura necessários por parte dos Acionistas. Retomando a palavra, o senhor Miguel

Ângelo Pricinote, Presidente da Assembleia indagou se os acionistas precisavam de mais algum esclarecimento sobre o Relatório dos Auditores. Não havendo nenhuma reivindicação de explicação, colocou em votação a aprovação dos números e notas apresentados nesta oportunidade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A representante da União, senhora Marisa Albuquerque Mendes, pedindo a palavra, disse que a União por se tratar de acionista minoritário, abstinha-se de votar na aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2023. Os demais Acionistas, Estado de Goiás, Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais, Saneamento de Goiás – SANEAGO e HP Transportes Coletivos Ltda, aprovaram as demonstrações contábeis individuais da Metrobus Transporte Coletivo S/A, compreendendo o **Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data**, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, as quais apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da Metrobus em 31 de dezembro de 2023, deliberando que estas façam parte integrante desta Ata, juntamente com os Pareceres dos Auditores Independentes, Conselho Fiscal e Conselho de Administração. Como representante do Acionista Majoritário da Metrobus e Presidente da Assembleia, o senhor Miguel Ângelo Pricinote destacou que a aprovação das demonstrações financeiras decorre de manifestações favoráveis tanto do Conselho Fiscal, como do Conselho de Administração, conforme Atas das reuniões realizadas no dia 22 de abril do corrente ano. Dando sequência à Assembleia o Presidente colocou em discussão o item “b” da ordem do dia, qual seja: “Eleição de membro titular para o Conselho Fiscal”. Informou que o Ministério da Fazenda, através da Secretaria Executiva, encaminhou à Presidência da Metrobus o ofício SEI nº 21666/2024/MF, indicando o senhor ALTAMIRO LOPES DE MENEZES FILHO, para compor o Conselho Fiscal da Estatal, como membro titular, em substituição à senhora Renata Miyabara Gagliardi Cerqueira, solicitando que fossem tomadas as devidas providências para a eleição do mesmo. Assim, diante da indicação, que foi devidamente submetida à verificação do Comitê Estatutário da Metrobus, colocava à apreciação dos demais acionistas, a eleição do senhor Altamiro Lopes de Menezes Filho como membro titular do Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/16 e obedecendo os limites constantes do art. 29 do Decreto Estadual nº. 10.433, de 8 de abril de 2024. Colocado o assunto em votação, os Acionistas, por unanimidade dos participantes, aprovaram a eleição do ora indicado para membro titular do Conselho, ou seja: **ALTAMIRO LOPES DE MENEZES FILHO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Auditor Federal de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda, graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Salvador-BA, em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Salvador-BA e Especialista em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública pela FGV/DF, natural de Salvador-BA, nascido em 23/11/1964, filho de Altamiro Lopes de Menezes e Leonia Ramos Vasconcelos de Menezes, portador da Carteira de Identidade (CNH) nº 0176858261 – SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 370.581.855-49, residente e domiciliado na Quadra 201, Lote 03, Ed.



Bela Fiore, Apto. 902, Águas Claras – Brasília-DF, CEP 71.937-540. Diante da eleição do novo membro, ficou assim constituído o Conselho Fiscal: **TITULARES**: Ednilson Lins Rodrigues, Milton Antônio Ananias Júnior e Altamiro Lopes de Menezes Filho; **SUPLENTE**: Lucas Vieira Matias. Deliberou a Assembleia que o membro do conselho ora eleito fosse devidamente empossado na função a partir desta data, para o mandato de 2 (dois) anos, conforme prevê a legislação em vigor. O membro eleito nesta oportunidade, declara sob as penas da lei, não estar impedido de assumir a função e exercer as atribuições inerentes ao cargo, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, com o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, para os fins do § 1º do artigo 147 da LSA e nos termos do art. 1011, § 1º do Código Civil. A remuneração do Conselheiro ora eleito, bem como dos demais membros do conselho corresponde a 10% (dez por cento) do valor do salário do Diretor Presidente da Metrobus, ou seja, nesta data, de R\$ 2.315,28 (dois mil trezentos e quinze reais e vinte e oito centavos) mensais, conforme dispõe o § 5º do art. 19 do Estatuto Social da Empresa. Dando sequência à Assembleia o Presidente indagou se havia algum outro assunto que os Acionistas gostariam de colocar para discussão nesta oportunidade, dentro do item “c” da pauta “Outros assuntos de interesse da Sociedade”. Não houve nenhuma manifestação dos participantes.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a participação de todos, desejando pleno êxito ao conselheiro fiscal ora eleito e encerrou a Assembleia da qual, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo Presidente da Assembleia e pelo Secretário. *Certifico que esta Ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.* Goiânia, 30 de abril de 2024.

MIGUEL ÂNGELO PRICINOTE
 Representante do Acionista Majoritário Estado de Goiás
 PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

EDIR GOMES
 SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA

Metrobus Transporte Coletivo S.A.
Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023
CPF/CNPJ 02.392.459/0001-03

Metrobus Transporte Coletivo S/A Balanço Patrimonial em 31 de dezembro Em Reais Mil					
Notas explicativas	2023	2022	Notas explicativas	2023	2022
Ativo Circulante			Passivo e patrimônio líquido Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	852	Fornecedores	10	159
Contas a receber	4	12.717	Salários e encargos sociais	11	5.127
Estoques	5	4.715	Impostos e contribuições a recolher	12	506
Adiantamentos	6	537	Contas a pagar	13	4.948
Impostos a recuperar	7	110			
		<u>18.931</u>		<u>10.740</u>	<u>31.663</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências	14	19.513
Depósitos judiciais	8	7.650	Impostos e contribuições a recolher	15	6.692
		<u>7.650</u>		<u>26.205</u>	<u>44.703</u>
Investimentos			Patrimônio líquido	18	
Imobilizado	9	21.035	Capital social (a)	221.702	221.702
		<u>21.086</u>	Reservas de lucros	86	86
		<u>31.317</u>	Reservas de reavaliação	6.655	6.738
Total do ativo	<u>47.667</u>	<u>79.333</u>	Prejuízos acumulados	(217.721)	(225.559)
				<u>10.722</u>	<u>2.967</u>
			Total do passivo e patrimônio líquido	<u>47.667</u>	<u>79.333</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em Reais Mil					
Notas explicativas	2023	2022	Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em Reais Mil		
Composição das Contas de Resultados				2023	2022
Receita líquida de vendas de serviços	16		Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Transporte operacional	16-a1	59.988	Lucro / (Prejuízo) do exercício	7.755	2.764
Permissionários		1.463	Depreciação e amortização	5.736	5.531
Receita de subvenção - Econômica	16-a2	15.296	Provisão para riscos civis e trabalhistas	3.762	14.617
Deduções de vendas de serviços		(1299)	Perda na alienação do imobilizado	6.713	-
Outras	16-a3	115	Reversão de provisões despesas, civéis e trabalhistas	(4.034)	-
Receita líquida de vendas de serviços	<u>75.563</u>	<u>133.028</u>	Reversão de passivo tributário	(30.393)	-
Custo dos serviços prestados	16-b	(78.754)		<u>(10.461)</u>	<u>22.912</u>
Lucro bruto	<u>(3.191)</u>	<u>33.001</u>			
Receitas e despesas operacionais			(Aumento) diminuição de ativos		
Despesas administrativas	16-b2	(12.629)	Contas a receber	(3.101)	(4.943)
Causas civis, trabalhistas e tributárias	16-b2.1	(3.762)	Estoques	(641)	(927)
Outras receitas e despesas operacionais	16-b2.2	35.664	Impostos a recuperar	(110)	-
Lucro/prejuízo operacional	<u>19.273</u>	<u>(30.206)</u>	Adiantamentos	(265)	(4)
		<u>19.270</u>	Depósitos judiciais	(464)	-
				<u>(4.581)</u>	<u>(5.874)</u>
Resultado financeiro			Aumento (diminuição) de passivo		
Despesas financeiras	16-b3	(794)	Fornecedores	(3.326)	(1.530)
Receitas financeiras		1.792	Impostos e contribuições a recolher	(12.174)	(98)
Receitas/despesas não operacionais	17		Salários e encargos sociais	2.037	120
Despesas Pessoal a disposição	17-a	(11.500)	Contas a pagar	(6.900)	3.287
Alienação de Bens (Prejuízo Venda de Imobilizado)	17-b	(6.480)	Provisão para contingências passiva	(19.057)	-
Receita de subvenção pessoal a disposição	17-c	8.655		<u>(39.420)</u>	<u>1.779</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(54.462)</u>	<u>18.817</u>
		7.755	Atividades de investimentos		
Imposto de Renda e Contribuição Social		(159)	Venda de bens do ativo imobilizado	6.751	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	<u>7.755</u>	<u>2.764</u>	Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.257)	(2.611)
			Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>4.494</u>	<u>(2.611)</u>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis			Atividades de financiamentos		
			Subvenção para custeio	23.951	-
			Caixa Líquido das atividades de financiamentos	<u>23.951</u>	<u>16.206</u>
			(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(26.017)</u>	<u>16.206</u>
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.869	10.663
			Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	852	26.869
				<u>(26.017)</u>	<u>16.206</u>
			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis		

Demonstração do resultado abrangente Em Reais Mil					
	2023	2022			
Lucro/Pejuízo do exercício	7.755	2.764			
Realização da reserva de reavaliação	83	83			
Resultado abrangente total	<u>7.838</u>	<u>2.847</u>			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis					

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em Reais Mil					
Capital social	Subscrito	A integralizar	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	L / P acumulados
Em 31 de dezembro de 2021	<u>221.703</u>	-	86	<u>6.820</u>	<u>(228.406)</u>
Reversão do capital a integralizar					
Realização da reserva de reavaliação				(83)	83
Prejuízo líquido do exercício					2.764
Em 31 de dezembro de 2022	<u>221.703</u>	-	86	<u>6.737</u>	<u>(225.559)</u>
Realização da reserva de reavaliação				(83)	83
Lucro líquido do exercício					7.755
Destinação do lucro					(7.755)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>221.703</u>	-	86	<u>6.654</u>	<u>(217.721)</u>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis					

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de Dezembro de 2023	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
1. Informações gerais	
A Metrobus Transporte Coletivo S.A. Constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.	transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.
Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de	Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com intervenção do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia: Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia - Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte

Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00 % para a Metróbus Transporte Coletivo S/A, 12,50 % para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38 % para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12 % para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais, 47,30 % para a Metróbus Transporte Coletivo S/A, 26,35 % para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12 % para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50 % para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73 % para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitanana de Transportes Coletivos – Redemob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitano, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31 % (janeiro a agosto), 26,02 % (setembro a novembro) e 7 % (dezembro). Conforme proposta da Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018 da RedeMob Consórcio, a partir de dezembro 2018 o modelo de rateio de despesas de "custeio do consórcio" foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consórcio no percentual de 15 % (Sitpass 8 % e consórcio 7 %) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária RMTC, vinculada a Redemob Consórcio. A partir de 2020, conforme Proposta de Deliberação (PD) nº 006/2019 da RedeMob Consórcio ficou deliberado o custeio de 14 % (Sitpass 8 % e consórcio 6 %), sobre valor atribuído a Metróbus do SMA. Para manutenção das atividades da companhia o acionista majoritário "Governo do Estado de Goiás" através da Lei de Subvenção 20.733 de 17 de janeiro de 2020, e alterada pela Lei 20.818 de 27 de julho de 2020, aprovou para a Metróbus o montante de R\$ 18.700.000,00, (Dezoito milhões e setecentos mil reais).. As subvenções econômicas autorizadas destinam-se-ão para a cobertura dos déficit de manutenção das estatais mencionadas, consoante art. 18 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Conforme valor aprovado de subvenção, e por conta da pandemia a empresa recebeu durante o ano de 2020 do acionista Estado de Goiás o montante de R\$ 17.400.000,00, (Desessete Milhões e Quatrocetos Mil Reais).

Em 2021 a Companhia recebeu R\$ 39.772.822,54 (Trinta e Nove milhõe Setecentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Vinte e Dois Reais e Cinquenta e Quatro Centavos).

Em 2022 a Companhia recebeu R\$ 38.067.445,15 (Trinta e Oito Milhões, Sessenta e Sete Mil, Quatrocetos e Quarenta e Cinco Reais e Quinze Centavos).

Em 2023 a Companhia recebeu R\$ 42.534.334,67 (Quarenta e Dois Milhões, Quinhentos Trinta Quatro Mil, Trezentos e Trinta e Quatro Reais e Sessenta e Sete Centavos, e conforme a Lei Complementar/2015 (CONTA CUTE - CONTA UNICA DO TESOURO ESTADUAL), a Estatal devolveu ao caixa do Estadual por força da Lei o montante de R\$ 18.583.316,04 (Dezoito Milhões Quinhentos e Oitenta e Três Mil, e Trezentos e Dezesseis Reais e Quatro Centavos, ficando o valor líquido no exercício de R\$ 23.951.018,63 (Vinte e Três Milhões, Novecentos e Cinquenta e Um Mil, Dezito Reais e Sessenta e Três Centavos).

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Dúvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metróbus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 17/04/2024, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2023.

2.2 Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter, com base em uma expectativa razoável, a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

2.3 Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigentes que poderiam determinar um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.5.2 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, e após a data do balanço são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem: contas a receber, demais a receber, caixa e equivalentes de caixa.

2.5.3 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. E os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são subsequentemente contabilizados

pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo a amortizado, usando o método a taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo, de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.5.4 Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

2.5.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico da aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas oficiais.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, da mesma forma, a média de vida útil é mencionada no Contrato de Concessão, para substituição do ativo.

2.5.7 Intangíveis

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

2.5.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

2.5.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não-circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado como uso do método de taxa efetiva de juros.

2.5.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC/C.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.5.11 Reconhecimento da receita

A receita comprehende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, já deduzida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

2.5.12 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado a taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.5.13 Contrato de concessão

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº 01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitanana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a companhia "Cessionária" pagará mensalmente a CMTC, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2 % (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

3 – Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	852	26.869
	852	26.869

Pelo fato da empresa ter ingressado na conta Única do Tesouro Estadual (CUTE) à partir de 01/05/2023, ou seja, todo o valor em caixa da conta Metróbus foi transferido para a conta CUTE (Conta Única do Tesouro Estadual).

E conforme a Lei Complementar 121/2015 Art. 6º, todo saldo excedente financeiro seja devolvido ao Tesouro Estadual, sendo a devolução no montante de R\$ 18.583 Mil, haja vista que, o saldo remanescente de 852 Mil foi para cumprir com as obrigações do RAP (Resto a pagar), valores empregados em 2023.

4 – Contas a Receber

	2023	2022
Perdas estimadas créditos duvidosos	(3.496)	(3.496)
Filial-C.M.T.C.	-	2.508
Repasse Estado Semi-Urbano Entorno de Goiânia	-	547
Outras contas a receber	7.143	10.056
Contas a Receber CUTE	9.070	-
	12.717	9.615

A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. O saldo de R\$ 3.496 Mil, é composto por valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a companhia foi responsável solidaria em débitos trabalhistas, em decorrência de ações movidas contra estas empresas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizou registros contábil de perdas estimadas em créditos de liquidação dúvidosa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metropolis Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

Relativamente ao crédito vinculado à Filial - CMTC, também lançado em Contas a Pagar, refere-se a déficit verificado quando da gestão, pela Companhia, do denominado Subsistema Alimentador Local, no período de 22/6/2003 a 31/8/2003, conforme informação Departamento Jurídico houve a baixa pelo encontro de contas, lançado em contas a receber e contas a pagar, houve a celebração de Termo de Encontro de Contas com a CMTC, no valor de R\$ 2.508 Mil.

Quanto ao crédito "Repasse Estado Semi-urbano", foram repassados todos os valores, em 2023. Valores a receber Tarifa Técnica (Prefeituras de Senador Canedo e de Aparecida de Goiânia) e Passe Livre Estudantil que somam o montante acumulado em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 7.143 Mil.

Contas a receber CUTE (Conta Única do Tesouro Estadual), inclui valores em trânsito, ou seja, os Dares (Documento de Arrecadação) emitidos, quitados, mas ainda não transferidos pelo Tesouro Estadual para a conta CONTA METROBUS; o montante acumulado em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 8.659 Mil.

Bem como, os valores a receber de permissionários no valor de R\$ 410 Mil. São valores a receber do mês de dezembro/2023, como expectativa de recebimento em janeiro/2024.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2022	2023
Saldo inicial	(3.496)	(3.495)
Novos registros	-	(1)
Saldo final	<u>(3.496)</u>	<u>(3.496)</u>
5 - Estoques		
Bens de Consumo – Operadora	4.645	3.981
Bens de Consumo Administração	70	93
	<u>4.715</u>	<u>4.074</u>

Os estoques são avaliados e demonstrados ao Custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição, o custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa, reposição de estoque para manutenções preventivas e corretivas.

6 - Adiantamentos

	2023	2022
Férias e 13º Salário	433	176
Outros	104	96
	<u>537</u>	<u>272</u>

São valores adiantados a fornecedores, pagamento antecipado de seguro e férias dos funcionários da empresa Metrobus, bem como as férias dos funcionários à disposição, regidos pelas normas da CLT.

7 - Impostos e contribuições a recuperar

	2023	2022
Impostos a recuperar	110	-
	<u>110</u>	<u>-</u>

O saldo remanescente de impostos a recuperar foi compensado parte em 2023, e o restante a será compensado em 2024.

8- Depósitos judiciais

	2023	2022
Depósitos Judiciais	7.650	7.186
	<u>7.650</u>	<u>7.186</u>

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e civis movidos contra Companhia.

9 - Imobilizado

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia. A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudesse ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas, foram suspenso a depreciação de alguns veículos os quais se tornaram obsoletos.

A movimentação do imobilizado em 2023 é demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado		21.035	36.822	47.053	31.266
Imobilizado Operadora		15.620	36.752	46.900	25.768
Operadora		104.796	2.257	41.246	143.786
Equipamentos/Instalações		1.352	299	10	1.062
Moveis e Utensílios		452	119	27	359
Edificações		593			593
Terrenos		442			442
Veículos de Apoio		329			329
Frota de Ônibus		270		520	790
Software - Programas		125		6	131
Frota de Ônibus Novos		100.515	1.838	40.684	139.360
Benfeitoria		719			719
Moveis e Utensílios ADM					
Depreciação Acumulada		-89.176	34.495	5.654	-118.017
Equipamentos/Instalações		-830	10	109	-730
Moveis e Utensílios	10% a 40%	-296	27	22	-300
Edificações	4%	-324		24	-300
Veículos de Apoio	7% a 20%	-326		2	-325
Frota de Ônibus	8% a 25%	-270	520		-790
Software - Programas		-125	6	-131	
Frota de Ônibus Novos		-86.679	33.933	5.467	-115.145
Benfeitoria em Propriedade de Terceiros		-326		30	-296
Reavaliação		7.990	-	70	8.060
Equipamentos/Instalações		127		8	135
Moveis e Utensílios		26		7	32
Edificações		2.612			2.612
Terrenos		4.375		4.375	
Veículos de Apoio		99		99	
Frota de Ônibus		745		55	800

Software - Programas	5	1	6
Depreciação	-	-2.575	70
Equipamentos/Instalações	-127	8	-135
Moveis e Utensílios	-26	7	-32
Edificações	-1.573		83
Veículos de Apoio	-99		-99
Frota de Ônibus	-745	55	-800
Software - Programas	-5	1	-6

10 - Fornecedores

Fornecedores no país	2023	2022
Administradora da Companhia	21.035	31.266
	21.086	31.317

11 – Salários e encargos sociais

Salários a pagar	2023	2022
Administradora da Companhia	21.035	31.266
	21.086	31.317
12 – Impostos e contribuição a recolher		
Circulante	2023	2022

COFINS	4	3
PIS/PASEP	1	1
ISSQN (a)	-	7.041
REFIS Municipal -ISSQN Parcelamento (a)	-	5.132
INSS Retenções	119	100
Outros Impostos e contribuições a recolher(d)	382	963
	506	13.240

13 – Contas a pagar

Contas a Pagar Filial (a)	2023	2022
Acordos Judiciais(b)	280	131
CIA Metropolitana de Transportes	2.524	3.072
Saneago (b)	2.144	233
Plano Socorro Emergencial União (c)	-	4.793
Outras	-	1.112
	4.948	11.848

(a) Foi observado uma redução significativa no período, relativamente ao crédito CMTC, também lançado em Contas a receber, refere-se a déficit verificado quando da gestão, pela Companhia, do denominado Subsistema Alimentador Local, no período de 22/6/2003 a 31/8/2003, conforme relatório jurídico houve a baixa pelo encontro de contas, lançado em contas a receber e contas a pagar, houve a celebração de Termo de Encontro de Contas com a CMTC, no valor de R\$ 2.508 Mil.

(b) Houve também ingresso do saldo R\$ 2.144 Mil, referente a um acordo realizado com a Saneago.

(c) Baixado também o saldo de R\$ 4.792 Mil, do plano de socorro emergencial da União, passe Livre do idoso.

14 – Não Circulante

Contingências	2023	2022
Prognóstico de perda provável	5.608	5.513
Judiciais líquidas	390	4.120
depósitos judiciais	-	9.395
Tributários líquidas	9.395	27.615
depósitos judiciais	19.513	38.570
	485	19.057
	19.057	38.570

Procedemos a baixa dopassagem Contingências Tributárias, referente a ações de processos tributários, foi realizado recurso administrativo junto a Receita Federal do Brasil, sendo o Auto de Infração INSSDesoneração da folha 2017 e 2018, o qual recolhemos com base na Receita Bruta (CPRB). Recebemos uma fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil, na qual foi apontado no entendimento da fiscalização, por não ter recolhido a primeira parcela do mês de janeiro de 2017 e Janeiro de 2018 em dia, perderíamos o direito de recolher o INSS, sobre a desoneração, e passaria a ser recolhido 20% sobre a folha de pagamento. Após o julgamento obtivemos êxito no processo de 08/2018 a 12/2018. Êxito que deve se repetir em outro processo, referente ao período de 01/2017 a 07/2018, sendo objeto da mesma natureza, o qual deve seguir o mesmo fluxo.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2022	2023
Parcelamento PGFN LEI 11.941(b)	2.710	2.601
Parcelamento PGFN LEI 12.996/14 (b)	3.640	3.531
Parcelamento convencional INSS(c)	341	-
	6.692	6.132

(a) O montante de R\$ 12.172 Mil, foi baixado a provisão do ISSQN a pagar, os quais estamos tendo êxito nas decisões judiciais, e passaram a configurar no relatório de contingências jurídicas como remoto.

(b) Em 2017, a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) nos termos da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, com o objetivo de inclusão e liquidação dos débitos inscritos na Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, mediante benefícios com redução de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos e prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Na data da consolidação, em decorrência de problemas no sistema eletrônico de dados da PGFN, os débitos da Companhia junto a PGFN não foram consolidados. A Administração tomou

as providências para que ocorresse a consolidação de forma manual, mediante pedido administrativo enviado para a PGFN.

Na data de encerramento do exercício a PGFN excluiu nosso parcelamento, e até o presente momento, o órgão alegava não possuir mecanismos para efetuar a consolidação dos débitos, inclusive fomos notificados a negociar os débitos pendentes, sob pena de perder os benefícios da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017. Foi realizado o recolhimento do saldo remanescente do pedágio dos 5%, e que o restante iria ser pago com prejuízo fiscal em uma única parcela, entramos com recurso administrativo para voltar a adesão ao PERT com todos benefícios a nos concedidos conforme previsto na Lei que rege a matéria.

(c) A variação de R\$ 560 Mil, haja visto que, tivemos novos ingressos de parcelamentos, INSS Gil Rat, e atualizações monetárias dos parcelamentos do Pert (Programa Especial de Regulação Tributária), das Leis 11.941/2009 e 12.996/2014.

Composição das contas de resultado

16 - Receita líquida de vendas de serviços

	2023	2022
Transporte urbano Operação (16- a1)	59.988	77.258
Permissionários	1.463	1.405
Receita de Subvenção (16-a2)	15.296	38.067
Outras (16-a3)	115	17.882
Deduções de Venda de Serviços	(1.299)	(1.585)
Receita líquida de venda de serviços	75.563	133.028

(a) Receita Bruta de Vendas de serviços Operacional

	2023	2022
Eixo anhanguera	222	573
Sistema de vale transporte	29.860	45.371
Repasso semi- urbano	3.351	7.734
Subvenção Econômica Lei Estadual 20.733/2020 (a2)	15.296	38.067
Plano SocorroEmergencial Estado de Goiás (a3)	-	10.889
Plano Socorro Emergencial Prefeitura de Goiânia (a3)	-	6.993
Complemento tarifário cidades do entorno e estado (a1)	26.724	23.581
Permissionários	1.463	1.405
Outros	115	-
(a1) Receita Tarifa Complemento Tarifário	77.031	134.613

(a2) Receita de Subvenção

A Lei complementar 169 instituiu o complemento tarifário a partir de maio/2022 que disciplina a Rede Metropolitana de Goiânia, e alterado pela Lei 171 de 29 de dezembro - 2021, com serviços operados de acordo com a proporção do sistema de cada ente federativo, onde a apuração da bilhetagem é feita pelo consórcio Redemob pela quantidade de usuários, e os valores a receber são emitidos para a CMTC (Companhia Metropolitana de Transporte Coletivos), sendo o órgão responsável pelo recebimento conforme participação dos entes (Estado de Goiás, Prefeitura de Goiânia, Prefeitura de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo), e quando o recebimento de cada ente repassa as concessionárias, a Estatal Metropolis emitiu faturas para a CMTC no montante de 26.724 milhões no exercício de 2022.

(a3) Plano Emergencial

O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Set, o qual Companhia é filiada, formalizou pedido junto ao Poder Concedente para obter auxílio emergencial, sendo que esse pedido foi para viabilizar todas as empresas do transporte coletivo de Goiânia e Grande Goiânia.

(16-b) Custos dos serviços Prestados

	2023	2022
Trafego (b1)	(51.066)	(69.472)
Manutenção	(24.856)	(26.895)
Setransp	(2.832)	(3.660)
(b1)Trafego	(78.754)	(100.027)

	2023	2022
Pessoal	(15.288)	(18.941)
Materiais	(17.739)	(29.461)
Depreciação	(5.736)	(5.124)
Serviços de Terceiros	(8.889)	(10.489)
Consórcio REDMOB	(6.246)	(9.117)
(16-b2) Despesas administrativas	(53.898)	(73.132)

	2023	2022
Salários, encargos Sociais e outras	(8.618)	(9.171)
Contingências Cíveis e Trabalhistas	(3.762)	(3.812)
Contingências Tributárias (b2.2)	-	(16.675)
Materiais diversos	(848)	(662)
Serviços de terceiros	(2.091)	(2.004)
Perdas no recebimento de créditos	-	-
Despesas tributárias	(1.005)	(1.194)
despesas não dedutível	(67)	(28)
Recuperação de despesas (b2.3)	(1.237)	18.092
Reversão de despesas (b2.4)	34.427	3.132
(b2.1) Contingências Cíveis e Trabalhistas	19.273	(12.323)

Houve uma redução das Contingências Tributárias, devido as baixas das ações de processos tributários, foi feito recurso administrativo junto a Receita Federal do Brasil, sendo o Auto de Infrações INSSDesoneração da folha 2017 e 2018, o qual recolhemos com base na Receita Bruta (CPRB). Tivemos a fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil, e no entendimento da fiscalização, por não ter recolhido a primeira parcela do mês de janeiro de 2017 e Janeiro de 2018 em dia, perderíamos o direito de recolher o INSS, sobre a desoneração, e passaria a ser recolhido 20 % sobre a folha de pagamento, obtivemos êxito no processo de 08/2018 a 12/2018, o que deve ocorrer com o outro processo 01/2017 a 07/2018, sendo objeto da mesma natureza, o qual deve seguir o mesmo fluxo.

(b2.2) Outras Despesas e Receitas Opcionais Despesas

Houve uma redução das contingências, cíveis e trabalhistas, tendo em vista, que no ano de 2022 foi realizado um acordo civil, de grande relevância, com a dação de um terreno para quitação de um débito com a Súcia Veículos Ltda.

Houve um aumento em "outras receitas e despesas operacionais", tendo em vista principalmente, que foi realizado, reversões de contingências tributárias na baixa dos valores provisionados como possível, os quais alguns foram baixados e outros passaram a ser remoto, referente auto de infrações, do ISSQN e INSS desoneração da folha.

(16-b3) Receitas/Despesas financeiras

	2023	2022
Outras Despesas financeiras	(794)	(159)
Outras Receitas financeiras	1.792	128
	998	(31)
17 -Receitas/Despesas não operacionais	2023	2022
Despesas Pessoal Cedidos (17-a)	(11.500)	-
Alienação de Bens (Prejuízo Venda de Imobilizado) (17-b)	(6.480)	-
Receita subvenção pessoal. Cedidos (17-c)	8.655	-
	(9.325)	-

17-a) As despesas com os funcionários a disposição (Cedidos), são em função dos despendidos ocorridos a partir de outubro/2023 gerou um custo de 11.500 Mil, porém os mesmos encontram-se à disposição de outros órgãos do Estado de Goiás, mas com ônus da despesa da estatal Metropolis.

17-b) Quanto ao valor da alienação de bens do Imobilizado (Sucata de 43 ônibus), cujo valor de venda foi de 698 mil, e como o valor da aquisição do bem foi maior que a depreciação do período, com isso gerou prejuízo vende no montante de 6.480 Mil.

17-c) Gerando um prejuízo dos recursos recebidos de subvenção econômica, foram gastos R\$ 8.655 com folha de pagamentos dos funcionários contratados pela Metropolis Transporte Coletivo S.A, os quais se encontra a disposição de órgãos do Estado, mas que os vencimentos desse mesmo são recebidos na empresa de origem, ficando apenas as gratificações de função desses colaboradores a cargo da empresa, que os mesmos estão à disposição de outros órgãos.

18 - Patrimônio Líquido

	2023	2022
Capital Social	221.702	221.702
	221.702	221.702

(a) Capital autorizado

A companhia estava autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 224.493 Milhões, mediante deliberação do conselho de administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preços de emissão. Esse valor equivale a uma quantidade total de 224.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1, por ação, sendo que o prazo para integralização do Capital Social era até 25/01/2018, como não houve a integralização, foi concedido um novo prazo de 24 meses para integralização do referido Aumento de Capital que se encerrou em 25/01/2020, sendo estornado da conta Capital Social a realizar o valor não integralizado de R\$ 2.790 Milhões, a ultima deliberação de Aumento de Capital para o Companhia.

(b) Capital subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 221.702 Milhões.

Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalência de caixa, contas a receber e fornecedores.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

Ativos financeiros

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	852	26.869
Contas a receber	12.717	9.615
	3.569	36.579
Passivos financeiros	2023	2022
Fornecedores	159	3.485
Contas a pagar	4.948	11.848
	5.107	15.334

18 (a) Instrumentos Financeiros:

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

(a) Gerenciamento de riscos:

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa, advinda da subvenção econômica, quando necessária, seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

Imparcos econômicos - financeiros - prestação de serviços considerado essencial

A atividade operacional da Companhia é considerada essencial, portanto, continua operando com a prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros na região de Goiânia e região Metropolitana de Goiânia.

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não é possível identificar alteração significativa nas atividades. Portanto, continua permanentemente avaliando a evolução da crise e os impactos que poderão ocorrer para isso, avalia que eventuais ajustes poderão ser necessários no futuro.

19 - Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás

A partir de 2021, a condição de dependência financeira da Metropolis, materializada pelo recebimento do ente controlador de recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal e custeio em geral, nos termos do art.2º,III, da Lei Complementar nº 101/2000, fez com que o Estado de Goiás incluisse a Metropolis em suas projeções de despesas no âmbito da LOA - Lei Orçamentária Anual 2023, nos termos da Lei nº 20.968/21 e Decreto nº9.836/21, fazendo com que houvesse a efetiva integração da estatal no orçamento público estadual. Dessa forma, a Companhia torna-se dependente do Estado de Goiás com a sua inclusão no organismo fiscal do Estado e, com essa dependência a companhia realizou inovação em todo sistema Administrativo, Financeiro e Contábil.

Em 02 de maio de 2023 a empresa passou a fazer parte da CUTE (Conta Única do Tesouro Estadual), onde todos recursos financeiros da companhia foram transferidos para o Tesouro Estadual, conforme a Lei Complementar 121/2015.

A Administração declara que aprovou e está de acordo com as Demonstrações Contábeis apresentadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

FRANCISCO CALDAS

Diretor Presidente

ANTÔNIO MÁRCIO MIGUEL

Superintendente Financeiro/Contábil

MIGUEL ELIAS HANNA

Diretor Financeiro

VALDIVINO CORREIA DA SILVA

Contador CRC/GO nº 9410

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração de Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Com base no Relatório da Auditoria Independente (Parecer), concluíram que os documentos

examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da empresa, estando estes, em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em consonância com o Art. 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Goiânia, 22 de abril de 2024

MILTON ANTÔNIO ANANIAS JÚNIOR

Membro

RENTA MIYABARA GAGLIARDI CERQUEIRA

Membro

EDNILSON LINS RODRIGUES

Membro

RENTA MIYABARA GAGLIARDI CERQUEIRA

Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração de Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Com base no Relatório da Auditoria Independente (Parecer), concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da empresa, estando estes, em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, 22 de abril de 2023

DORCILLO RABELO

Presidente do Conselho

JOSÉ RUBENS MAGNINO

Membro

ANTENOR MITO FILHO

Membro

RONAN ABREU REIS

Membro

LISANDRO COGO BECK

Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Aos

Acionista, Conselheiros e Administradores da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.

1) Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da **METROBUS**, em 31 de dezembro de 2023, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1) Teste de Impairment - CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos e Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

Apesar da realização do inventário referente aos saldos de 31 de dezembro de 2023, a **METROBUS** não efetuou o teste de impairment, para avaliação de eventuais perdas em relação ao saldo do seu acervo patrimonial, assim como não houve a realização de estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciação. Anteriormente a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente, no entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais o cálculo da depreciação deve seguir como base o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das novas bases de cálculo e das taxas de depreciação, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

3. Énfase

3.1. Continuidade operacional – Repasses do Governo do Estado

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que, conforme Notas Explicativas nº 16-a2 e nº 17c – Receita de subvenção e Nota Explicativa nº 19 - Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás, a Companhia para ter continuidade às suas operações necessita de aporte de recursos periódicos, a título de subvenções para custeio das despesas operacionais e de manutenção, originados do seu acionista majoritário, o Governo do Estado de Goiás. A **METROBUS**, apesar de na sua forma ter personalidade jurídica de direito privado e orçamento próprio, de fato não é, já que pela necessidade de recursos do acionista majoritário não goza de autonomia administrativa quanto a gestão dos recursos gerados pelas suas operações e, a partir de 2023, tem as suas disponibilidades vinculadas a conta única do Tesouro Estadual, regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 121/2015. Nesse exercício foram recebidos o valor de R\$ 23.951 mil (R\$ 38.067 em 2022) a título de subvenções para custeio. As demonstrações contábeis apresentadas para 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas seguindo o pressuposto da manutenção da Companhia em marcha e a nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

4) Outros Assuntos

4.1 Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precipitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na

auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nesse sentido não temos nada a relatar.

4.2 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 3 de abril de 2023, com opinião modificada acerca do ativo imobilizado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **METROBUS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **METROBUS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **METROBUS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **METROBUS**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **METROBUS**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **METROBUS** a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumplimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Goiânia/GO, 18 de abril de 2024.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O "GO"

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "GO"
CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "GO" Contador - CRC/MT 015226/O-7 "GO"
CNAI 4747 **Jairo Aires de Sant'Ana**
CNAI 4187



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
05853753134	
97054550153	